

# Relações familiares e adolescência na contemporaneidade

Claudia Maria Rinhel da Silva  
Elizabeth Piemonte Constantino

**Como citar:** SILVA, C. M. R.; CONSTANTINO, E. P. Relações familiares e adolescência na contemporaneidade. *In*: XAVIER, A. L. P.; GHAZIRI, S. M.; NÓBREGA, R. M. N.; BRAZ, A. F. L. (Org.). **Retratos da Infância e Juventude: Práticas Sociais e abordagens teóricas no município de Assis/SP.** Marília: Fundepe, 2011. p. 105-124. DOI: <https://doi.org/10.36311/2011.978-85-98176-35-2.p105-124>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## Capítulo 21

# Relações familiares e adolescência na contemporaneidade

*Claudia Maria Rinhel Silva*

*Elizabeth Piemonte Constantino*

A família constitui o primeiro universo das relações sociais da criança, na qual seus membros vão experimentar a flexibilidade das fronteiras entre o público e o privado e iniciar o desenvolvimento de suas potencialidades com o propósito da convivência em sociedade e da busca de sua realização pessoal.

A função da família mudou muito ao longo dos tempos em razão do contexto social. A sociedade transformou-se drasticamente de nação agrícola para industrializada, agora em evolução para uma cultura de alta velocidade, eletrônica e computadorizada. Sendo assim, requer novas atitudes em relação a valores no que se refere à criação dos filhos, conforme pontua Ellis (1997).

Para compreender a atual configuração da família, é relevante traçar a sua evolução histórica. Sendo assim, as linhas seguintes se dedicarão a explorar brevemente a história e a função da família até chegar à sua estrutura contemporânea, no sentido de compreender as relações que hoje a definem, o papel dos pais e o lugar do adolescente nesse contexto.

### História e função da família

Ao acreditar que a única maneira dos homens aprenderem e se apoderarem da história produzida pela humanidade é pela reconstrução das informações apresentadas, a questão histórica e cultural contextualizada na atualidade remete a questionar os valores priorizados pela família atual. Afinal, o homem é construído e constrói sua própria história. É inegável que a multiplicidade e variedade de fatores não permitem fixar um modelo familiar uniforme, sendo importante compreender a família de acordo com os movimentos que constituem as relações sociais ao longo do tempo e do espaço cultural.

No transcorrer da história, o conceito de família se desenvolveu paralelamente ao desenvolvimento do conceito de infância.

Na sociedade medieval, o sentimento de infância não existia. O sentimento de infância não significava o mesmo que afeição pelas crianças, que corresponde a uma consciência da particularidade infantil, particularidade esta que distingue essencialmente a criança do adulto. Esta consciência é que não existia, segundo Ariès (1981). No século XVI, o sentimento de infância estabelecido mostrava que a criança, por sua ingenuidade, gentileza, inocência e graça era uma fonte de relaxamento e distração para o adulto, ou seja, um ser lúdico. Este sentimento é a “paparicação”, e se originou no seio da família. Um segundo sentimento de infância, ao contrário da “paparicação”, proveio de uma fonte exterior à família: dos eclesiásticos ou dos homens da lei e de um maior número de moralistas, no século XVII. É entre estes moralistas e educadores do século XVII que se vê formar este outro sentimento de infância que inspirou toda a educação até o século XX, tanto na cidade como no campo, na burguesia ou no povo. A formação moral da criança devia ser garantida por meio da educação, da saúde e do bem estar físico.

Sendo assim, esclarece o autor, nem sempre na história houve a preocupação da família com a saúde e o bem-estar de seus membros. O sentimento de família tal qual é conhecido surgiu no fim do século XVII e início do século XVIII. Até o século XIV, na Idade Média, não existiam registros da vida familiar. A família, até então, tinha como meta a conservação dos bens e não precisava de um compromisso afetivo. O amor, sentimento entre os membros da família, portanto, não era uma condição *sine qua non* para a manutenção e existência da mesma.

A rua era o lugar no qual as pessoas se encontravam, trocavam informações, praticavam os ofícios, enfim, onde a afetividade fluía. Os jogos eram muito comuns, assim como as festas folclóricas, e as famílias se diluíam neste contexto externo.

As escolas ainda não existiam na forma como se conhece hoje. O saber era transmitido pela aprendizagem de ofícios. Esta aprendizagem, necessariamente, forçava as crianças a conviverem com os adultos.

Como consequência desta condição, a infância era tão insignificante que não chegava a tocar a sensibilidade da sociedade. Ela se reduzia ao tempo em que a criança era extremamente dependente. Depois disto, imediatamente, ela se tornava um pequeno jovem e se diferenciava do homem adulto somente no tamanho e na força.

Um outro ponto significativo neste período é que, até o século XVII, persistiu o infanticídio tolerado. Apesar de ser um crime severamente punido, o homicídio de crianças era correntemente praticado, seja sob a forma de um acidente (as crianças morriam asfixiadas na cama dos pais, na qual dormiam), ou simplesmente por ajudar tais crianças a morrerem, dando um auxílio para a natureza. O fato era tão evidente que os bispos do século XVII proibiram que as crianças fossem postas para dormir com os pais.

Também era bastante comum ao Ocidente Medieval o hábito de se entregarem os filhos a partir de sete anos (idade em que os meninos ingressavam no mundo dos adultos) a outras famílias para serem aprendizes, fazerem os serviços domésticos e servir

adequadamente a família em que foram alojados. Isto era uma forma muito comum de educação. A transmissão de conhecimentos se efetivava por meio da aprendizagem direta. A escola destinava-se apenas aos clérigos.

As pessoas não conservavam as próprias crianças em casa: enviavam-nas a outras famílias, com ou sem contrato, para que com elas morassem e comesçassem suas vidas, ou, nesse novo ambiente, aprendessem as maneiras de um cavaleiro ou um ofício. [...] Essa aprendizagem era um hábito difundido em todas as condições sociais (ARIÈS, 1981, p. 228-229).

A Idade Média não tinha noção do papel fundamental da educação. Com o surgimento da preocupação moral, por parte de pensadores, educadores e reformadores, em misturar as crianças com “o mundo sujo” dos adultos, concomitantemente com o período quando a escola começou a se estender a todos, vemos a família se preocupar mais com seus filhos. Tratados de educação do século XVII insistiam na responsabilidade dos pais frente à educação de seus filhos. Portanto, vemos surgir uma verdadeira revolução moral na sociedade.

Passou-se a admitir que a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos (ARIÈS, 1981, p. 277).

A criança, ponto fundamental para este “recolhimento”, deixou de ser apenas uma distração para os adultos e passou a se tornar uma preocupação moral.

A família-casa foi, aos poucos, se transformando em família-sentimento, na medida em que a sociabilidade se reduziu. A casa já não era o lugar público do século XVII, a vida familiar abafou a sociabilidade comum à época medieval. Já nas últimas décadas do século XIX, no Brasil, com a Proclamação da República, o fim do trabalho escravo, as novas práticas de sociabilidade e com o início do processo de industrialização, urbanização e modernização do país, identifica-se um novo modelo de família.

Nos últimos vinte anos, várias mudanças ocorridas, relacionadas ao processo de globalização, vêm interferindo na dinâmica e estrutura familiar, possibilitando mudanças em seu padrão tradicional de organização. Conforme Pereira (1995), as mais evidentes são:

- queda da taxa de fecundidade, devido ao acesso aos métodos contraceptivos e de esterilização;
- tendência de envelhecimento populacional;
- declínio do número de casamentos e aumento da dissolução dos vínculos matrimoniais constituídos, com crescimento das taxas de pessoas vivendo sozinhas;

- aumento da taxa de coabitações, o que permite que as crianças recebam outros valores, menos tradicionais;
- aumento do número de famílias chefiadas por uma só pessoa, principalmente por mulheres, que trabalham fora e têm menos tempo para cuidar da casa e dos filhos.

Além destas mudanças mencionadas, torna-se importante uma contextualização histórica realizada pela autora Roudinesco (2003), que apresenta as transformações da família com um enfoque diferente do que se discorreu anteriormente.

A autora faz uma análise da família ocidental desde a antiguidade até ao que ela chama de pós-modernidade. Considera, num primeiro momento, a família tradicional pautada na preocupação com a transmissão da herança do patrimônio e, em seguida, a mesma passa a ser fruto do amor romântico e, posteriormente, a família moderna, contemporânea ou pós-moderna, que se fundamenta no amor e no prazer, ou seja, os vínculos duram enquanto durar o amor e o prazer.

Ela faz uma comparação em relação ao pai da família e Deus, cuja autoridade jamais era contestada. Isto foi mudando de acordo com as transformações políticas e econômicas, em que a autoridade paterna, imposta pela força, vai progressivamente perdendo espaço, surgindo um pai amoroso, tolerante e respeitado, caracterizado pela compaixão. Com esse sentimento de compaixão, o pai vai aos poucos sendo destituído da figura de autoridade e aí começa a aparecer a figura do feminino. No início do século XIX, o pai não se configura mais como um deus soberano e, ainda fragilizado, perde a influência sobre o Estado, estabelecendo-se como figura de referência por meio da economia.

Segundo a pesquisadora, nesta época forma-se a família econômico-burguesa, que se fundamenta na autoridade do marido, na subordinação das mulheres e na dependência dos filhos. Porém, não é mais uma autoridade despótica, pois o Estado neste período passa a intervir e acompanhar por meio das leis (Declaração dos direitos do homem e do Cidadão, França, 1997) a vida familiar em virtude da importância econômica que desempenha como base da sociedade. Este controle das leis faz com que o pai seja justo e submisso às leis, e em relação às mulheres, exige-se que exerçam a maternidade. O casamento perde a natureza divina e se consolida como um acordo consensual, ou seja, enquanto durar o amor. Esta nova configuração torna-se pano de fundo para a instituição do divórcio na França em 1972.

Numa analogia com a teoria freudiana, Roudinesco (2003) caracteriza a família contemporânea como edipiana, a qual se baseia simbolicamente no assassinato do pai pelo filho que deseja a mãe e que começa a questionar a autoridade paterna fundamentada no desejo e não mais na coerção das conveniências familiares. Este modelo de família edipiano sustentava-se em três pilares:

[...] a revolução da afetividade, que exige cada vez mais que o casamento burguês seja associado ao sentimento amoroso e ao desabrochar da sexualidade feminina e masculina; o lugar preponderante concedido ao filho, que tem como efeito 'maternalizar' a célula familiar; a prática sistemática de uma contracepção espontânea, que dissocia o desejo sexual da procriação, dando assim origem a uma organização mais individual da família (ROUDINESCO, 2003, p. 96, destaque do autor).

Com o poder maternalizado da família, o lugar do pai contava unicamente com o seu patrimônio para afirmar o seu lugar simbólico. Nesta mudança, o filho deixa de ser visto como objeto, para assumir uma posição mais central na família como sujeito desejado. As mulheres, com o avanço tecnológico da biomedicina, conquistaram não apenas o controle do corpo, mas também da procriação. Essa nova possibilidade de formar uma família sem a necessidade do coito sexual, ou simplesmente de não desejar a maternidade, acenam para uma necessidade de repensar o casamento.

Assim, a autora considera que a família enquanto instituição não se dissolveu e, sim, se reorganizou garantindo a reprodução das gerações de maneira diferente, no qual o casamento não é mais tão enfatizado como as relações de uniões afetivas que se unem por períodos aleatórios e os filhos que, antigamente, quando nascidos fora do matrimônio, eram considerados como algo aterrorizante, hoje passou a ser um fato natural. Apesar dessas constantes transformações ocorridas na família ao longo dos séculos, a mesma continua a ser reivindicada por mulheres, homens e crianças, independente de idade, orientação sexual e classe social.

Essas colocações aparecem também nos estudos de Feres-Carneiro e Negreiros (2004), nos quais discutem se, diante de tantas transformações, a instituição familiar chegou ao fim. Concluem que o que parece ter se dissolvido foi o modelo de família idealizada. As pesquisadoras discorrem sobre essas mudanças ou transformações ocorridas, principalmente em relação às regras de conduta focalizando que hoje

[...] a regra é a diversidade e a solicitação é a criatividade de pautas de conduta, sem um referencial de apoio ou modelo a seguir. Ou seja, o adulto tem que inventar sua maturidade, como o jovem sua juventude, a criança sua infância e o idoso seu envelhecimento, através de fragmentos de modelos identificatórios renováveis, sem roteiro a seguir (FERES-CARNEIRO; NEGREIROS, 2004, p. 8).

Enfim, a cada momento histórico corresponde um modelo de família, que vai compondo o contexto histórico, social e econômico que, de acordo com o que se pode ver, apresentam modelos ou configurações não estáticos.

## Configuração familiar na contemporaneidade

A família é um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Este núcleo por seu turno, se acha relacionado com a sociedade, que lhe impõe uma cultura e ideologia particulares, bem como recebe influências específicas (SOIFER, 1982, p. 22).

A partir deste conceito, pode-se pensar na configuração da família contemporânea, considerando que a mesma possui um contorno diferenciado do chamado natural ou tradicional. Torna-se necessário desmistificar a idealização de uma dada estrutura familiar como sendo a tradicional, abrindo-se caminhos e possibilidades para o reconhecimento da diversidade das organizações familiares no contexto histórico e social. Sendo assim,

[...] não se trata mais de conceber um modelo ideal de família, devendo-se ultrapassar a ênfase na estrutura familiar para enfatizar a capacidade da família de, em uma diversidade de arranjos, exercer a função de proteção e socialização de suas crianças e adolescentes (BRASIL, 2006, p. 24).

A família contemporânea se configura com diversos arranjos, visando a importância das funções familiares de cuidado e socialização. Ao desmistificar e desnaturalizar o conceito de família como uma estrutura ideal, questiona-se a antiga concepção de “desestruturação familiar”, verbalizada e escrita pela cultura popular, ou seja, aquela família nuclear tradicional, herança da família patriarcal brasileira, que agora passa a ser reconhecida, o que evidencia que a família não é estática e que suas funções de proteção e socialização podem ser exercidas nos mais diversos arranjos familiares e contextos. As mudanças são percebidas historicamente nos arranjos, nas relações e principalmente nos vínculos e laços afetivos familiares.

Ackerman (1986, p. 29) nos diz que a família, “[...] assume muitos aspectos. É a mesma em qualquer lugar; contudo nunca permaneceu a mesma. A constante transformação da família através do tempo é o produto de um processo incessante de evolução; a forma da família molda-se às condições de vida que predominam em certo tempo e lugar.”

Os estudos de Bauman (2004) sobre as relações e vínculos na sociedade moderna apontam, por meio de uma comparação, que os mesmos se apresentam como líquidos, não permanentes e atados frouxamente para serem desfeitos a qualquer momento. Aponta as fragilidades dos vínculos humanos bem como o sentimento de insegurança nas relações que se apresentam ambivalentes, no qual ao mesmo tempo em que

desejam manter os laços afetivos, os afrouxam por se depararem com sentimentos descartáveis, momentâneos ou instantâneos.

O autor ainda considera que, diante desta satisfação dos desejos instantâneos, os vínculos amorosos, ou seja, o viver junto, passa a ter intenções modestas que não se prestam a juramentos diante de testemunhas para consagrar tal união. Enfim, os casais ficam juntos apenas quando querem ou quando estão a fim, caso contrário, cada um segue o seu caminho, buscando a realização dos seus desejos. Parece que assim vão se delineando os arranjos familiares observados nos dias atuais.

As pesquisas de Goldani (1993) sobre a família brasileira mostram que 92.6 %, ou seja, a maioria das famílias pesquisadas, estão estruturadas como grupos de pessoas conviventes com laços de parentesco ou adoção e 7.4 %, as famílias restantes, estão vivendo em lares sozinhas ou em grupos de duas ou mais pessoas, sem relação de parentesco, sendo este grupo, o que mais cresceu nos anos 80. As mudanças ou transformações importantes que geraram esses arranjos podem estar vinculadas nas palavras da pesquisadora, às

[...] mudanças nos padrões de comportamento, desde os novos tipos de uniões entre os sexos, declínio da fecundidade, aumento das mães solteiras e de separações e divórcios, novos padrões de sociabilidade e relações de gênero, até a participação de mulheres, crianças e adolescentes no mercado de trabalho formal e informal (GOLDANI, 1993, p. 69).

E ainda pelo “[...] aumento da expectativa de vida” (GOLDANI, 1993, p. 71) o que significa que hoje temos que considerar o fator longevidade para compor e tentar uma justificativa para os novos arranjos familiares.

Cada família, nesse contexto, dentro de sua singularidade, parece ser potencialmente capaz de se reorganizar diante de suas dificuldades e desafios e de transformar suas crenças e práticas para consolidar novas formas de relações.

Diante desses novos arranjos familiares, a figura de referência para os filhos é quem faz a função de imposição do limite, da autoridade e da realidade e, ainda, a função do cuidado e da afetividade, orientando nas ações e atividades do cotidiano e, essas funções, conforme citam com Wagner et al. (2002), parecem ser estabelecidas de acordo com as questões de gêneros constituídos no decorrer da história, onde a mãe é responsável pelos cuidados dos filhos e o pai como provedor do sustento familiar.

Zamberlan e Biasoli-Alves (2008, p. 8) também mencionam a função do pai como provedor e acrescentam que faz parte do papel do mesmo “outros tipos de tarefas e rotinas que se traduzem em disciplina, valores morais, educativos e de autoridade”.

Pode-se observar que os cuidados de educação básica de higiene, suporte afetivo, acompanhamento escolar e disciplina e até mesmo o sustento econômico, nos dias de hoje, estão sendo assumidos pelos pais como uma tarefa conjunta, contudo, de

acordo com a pesquisa de Wagner et al. (2005, p. 186), 69% da amostra do estudo, apesar das mulheres trabalharem fora e terem uma “participação semelhante a do marido em relação ao sustento dos filhos, ainda aparece como trabalho feminino a função de nutrição e acompanhamento do cotidiano dos filhos (tarefas escolares)”. Essas considerações retomam os papéis clássicos da família, assinalados por Biasoli-Alves et al. (1997) e Trindade et al. (1997), citados por Wagner et al. (2005).

O estudo realizado por Cia et al. (2006, p. 78) vem corroborar com essas pesquisas, relacionadas aos papéis dos pais. Encontraram em seus estudos o fato de que, apesar dos pais apresentarem culturalmente a autoridade, ou seja, quem estabelece limites e regras, na prática, nem sempre ele está exercendo este papel; nesses resultados as mulheres “se percebem mais frequentemente desafiadas pelos filhos, pois no cotidiano são elas que administram as regras e limites [...]”.

Essas informações a respeito das configurações familiares e dos papéis dos pais devem-se ao fato de se encontrarem na prática esses diversos arranjos, papéis e funções familiares mencionados, nos quais os adolescentes residem e são educados pelos pais, avós, tios e também por padrastos.

### Transformações na família: qual a responsabilidade do adulto?

Muitos autores (SILVA, 2004; OLIVEIRA, 2007; ZAMBERLAN, 2008) fazem menções às mudanças em relação às práticas educativas de socialização das crianças por seus pais, comparando valores considerados importantes no passado recente até a década de 1960. Nesta década tendia-se a aceitar e a obedecer às normas ditadas pela família.

Nesse sentido, a cultura popular, ou melhor, pessoas mais velhas, vivem dizendo que as crianças e adolescentes de hoje são diferentes de antigamente. Dizem que naquela época não se respondia aos pais, do modo como as crianças respondem hoje e que somente com um olhar as crianças sabiam quando tinham que se calar ou se ausentar, respeitando as conversas dos adultos. Embasados neste referencial de educação, os mais velhos vivem horrorizados e questionando: - O que poderia estar acontecendo com as crianças e adolescentes? Contudo, segundo Oliveira (2007, p. 1), pode se pensar “o que estará acontecendo com nossos pais e mães que parecem estar esquecidos de sua função de educadores desses jovens”.

Na atualidade, esses questionamentos parecem ter maior visibilidade por conta dos fatos envolvendo crianças e adolescentes na mídia e, mesmo com as mudanças ocorridas por meio das políticas públicas, ainda têm-se muitos caminhos a percorrer. Apesar do aumento dos discursos sobre direitos humanos, globalização e equidade, das grandes descobertas científicas e do total acesso à informação, o século XX foi palco de um crescente aumento da desigualdade social e econômica no mundo, além de estar presenciando o desaparecimento do sentimento da infância tal qual o conhecemos.

O atual contexto, ao mesmo tempo em que infantiliza e empurra para frente o momento da maturidade com a preservação do egocentrismo/narcisismo primitivo, “adultiza” a criança, quase que excluindo a infância. Exemplos disto são vistos cotidianamente: o alcoolismo deixou de ser “coisa de adulto”; muitos crimes têm crianças e/ou adolescentes como os principais autores; a erotização precoce, principalmente das meninas, tem sido vista como “bonitinha” ou “normal” por seus próprios pais que impõem demais e muito cedo, obrigando suas crianças a crescerem prematuramente.

Tal situação remete ao período, citado por Áries (1981), da Idade Média, onde a passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e insignificante para que tivesse tempo de tocar a sensibilidade. Antigamente, a morte precoce de muitas crianças provocava esta insignificância e hoje, concordando com Postman (2000), a mídia tem um importante papel sendo uma das maiores fontes de dissolução da fronteira adulto/criança, no qual a criança tem acesso a todas as respostas para suas curiosidades, que antes faziam parte do mundo adulto, sem esforço, pois as informações encontram-se disponíveis nos meios de comunicação.

A família, por sua vez, enquanto responsável pela garantia da infância saudável de seus filhos, parece dissoluta diante de sua problemática e confusa em seu papel de educar, como cita Oliveira (2007, p. 1, destaques do autor).

Se pelas gerações antigas a criança era tratada como um ‘mini-adulto’, sem direito a desejos e vontades, sem direito a quaisquer cuidados especiais em respeito a sua condição de criança, parece-me que as gerações mais jovens, talvez tenham pecado pelo excesso, no sentido inverso, passando a tratar a criança como um ‘rei no trono’.

Na Idade Média, como já apontado, as crianças eram consideradas como “adultos em miniatura”, com um porém: nesta época, as crianças participavam do mundo adulto de outra forma, ou seja, executando os mais diferentes trabalhos, o que chegava a ser desumano. No entanto, agora, determinam os prazeres e organizam as suas rotinas como melhor entendem, pois os adultos parecem permitir que as mesmas realizem funções para as quais não estão preparadas, por conta da fase de desenvolvimento em que se encontram.

Observa-se, conforme destaca La Taille (1998), que cada vez mais as crianças estão assumindo o papel de imperadores na sociedade; também Calligaris (2000) reforça esta idéia, quando analisa o comportamento dos adultos e das crianças, com ênfase na inversão de valores sociais: do modelo adultocêntrico passa-se para o modelo puericêntrico.

Até meados do século XX, o modelo vigente era o adultocêntrico, no qual o adulto era considerado o centro do universo e cabia à criança e ao adolescente satisfazer os desejos e as vontades dos adultos. Com isso, conforme propõe a discussão de Silva (2004), garantia-se a transmissão da tradição, isto é, um conjunto de regras e valores transmitidos de pai para filhos e a conseqüente manutenção da sociedade.

Para Postman (2000, p. 164), a família se enfraqueceu e os pais perderam o controle das informações que seus filhos recebiam, de tal forma que “a mídia reduziu o papel da família na moldagem dos valores e da sensibilidade dos jovens.” Para Lasch (1991), o mundo moderno se infiltrou de tal forma dentro da família que a privou da intensidade emocional que antes a caracterizava.

Logo, parece que não se está conseguindo andar no mesmo passo que o da modernidade; não se acompanham a multiplicidade e a rapidez com que as linguagens e as mudanças ocorrem e, com isto, neste descompasso entre o que é novo e o que é antiquado, “meio que” se fica atônito em relação às instituições e regras de convívio social.

Neste contexto de mudanças, os adultos se deparam com novos modos de viver e de se relacionar, contudo, de forma indecisa e sem parâmetros sobre como agir com os filhos. Assim, exigem e pressionam o desenvolvimento de habilidades que os mesmos não têm condições de desenvolver. Segundo Elkind (2004), as crianças, hoje submetidas às pressões contemporâneas para que cresçam depressa, ficam sem referência de valores e condutas, pois as emoções e sentimentos, partes mais complexas e intrincadas do desenvolvimento, têm seus próprios momentos e ritmos e não podem ser apressados; para tanto ocorre que “o comportamento e a aparência da criança falam ‘adulto’ e seus sentimentos choram criança” (ELKIND, 2004, p. 37, destaque do autor).

As crianças precisam de tempo para crescer, aprender e se desenvolver. Tratá-las diferentemente dos adultos significa, para Elkind (2004), não as discriminar, mas reconhecer sua condição especial de ser em desenvolvimento, sendo que “a atenção e o respeito que devem ser dados à criança não podem provocar uma inversão na ordem das gerações entre pais e filhos” (OLIVEIRA, 2007, p. 2).

Portanto, resgatar e fazer retroceder este processo de inversão de papéis é também resguardar as crianças dos problemas e dificuldades do mundo adulto, considerando que as mesmas não têm capacidade emocional para entendê-lo ou mesmo interpretá-lo, incorrendo assim num risco muito grande de serem gerados males para o seu desenvolvimento emocional e educacional. O conhecimento científico auxiliou na orientação de pais, professores e adultos na transformação dos sistemas educacionais e políticas de atendimento a esta população, porém, parece que os adultos não conseguiram acompanhar e viver em harmonia com seus jovens. Há de se ter, nesse panorama, que o problema a se descortinar diante dos olhos (muitos atônitos pela velocidade em que se operam os avanços da tecnologia e pela evolução social) não é mais o de reconhecer os novos modelos familiares, mas sim protegê-los.

O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº. 8.069/1990 - vem reforçar as ambivalências e ambiguidades que envolvem o lugar de adulto e o de criança em nossa sociedade, garantindo os direitos e também, implicitamente, os deveres de cidadãos.

A família, dos pontos de vista histórico e social, está vivenciando um período de mudanças e transformações em relação aos conceitos de infância e educação, em que certos princípios ficam questionáveis, e geram incertezas sobre os valores que devem ser construídos no processo educativo. Percebe-se, pois, certa indefinição sobre o que é ou não permitido, sobre o que é ou não aceito. Em parte, isso ocorre porque não há um código ético “universal” que estabeleça padrões morais normatizadores da ação humana, mas parece ser necessário que se estabeleçam estratégias para se reverter esta condição e preservar a referência dos pais e professores enquanto detentores do saber e orientadores das ações para a formação de indivíduos conscientes e responsáveis por seus atos, pois

Quando se inverte o sentido dessa relação, com os filhos colocados em um trono, ou tratados como um rei, e com os pais deixando de cumprir sua função de educadores, as crianças crescem sem orientação, sem limites, sentindo-se sozinhas e desconectadas de sua própria família, sem uma verdadeira identificação com seus pais, pois lhes faltam um modelo forte, seguro e afetivo, que elas possam admirar, seguir, amar e respeitar (OLIVEIRA, 2007, p. 2).

É necessário que os adultos se fortaleçam em relação aos seus papéis sociais junto às crianças e adolescentes, no sentido de restituir a autoridade, e não mais seguindo o modelo autoritário e impositivo anterior, mas de maneira mais transparente, com regras claras, com limites e consequências efetivas para a diminuição dos conflitos entre pais e filhos, ressaltados pela sociedade.

Importante salientar, que muitas pesquisas como as de Zamberlan (2003, 2008) indicam a influência de fatores nesta dinâmica das relações interpessoais na família, como as dificuldades socioeconômicas aliadas a baixos níveis de saúde, pobreza e limitações ambientais, prejudiciais ao desenvolvimento e ao bem estar das crianças e adolescentes e ainda mencionam estratégias para fortalecimento das relações e dos vínculos familiares.

Esses fatores de risco, segundo Ceconello (2003, p. 20), podem estar presentes tanto em características individuais como ambientais. “Entre os fatores de riscos individuais, encontram-se características como sexo, fatores genéticos, habilidades sociais, intelectuais e características psicológicas.” Entre os fatores de risco ambiental, foram considerados o baixo nível socioeconômico, eventos de vida estressante, características familiares e ausência de apoio da sociedade. Algumas famílias, diante de fatores estressores, parecem dispor de indicadores que funcionam como proteção, encontrando recursos suficientes para enfrentar a situação de forma satisfatória, ou seja, as famílias auxiliam seus membros a enfrentarem situações de vulnerabilidade, tornando-os mais fortes frente às adversidades ou, ao contrário, a depender dos riscos a que as mesmas estão expostas. “Resiliência” é o nome dado para este fenômeno, no

qual as famílias se articulam para enfrentar as transições normativas e não normativas do ciclo vital, que podem fortalecer os vínculos familiares, a partir de como os papéis se estruturam neste contexto.

Essas estratégias de fortalecimento das figuras de referência tornam-se relevantes, principalmente quando abordamos a fase de desenvolvimento da adolescência, pois o adolescente experimenta, conforme destacam alguns autores (ABERASTURY; KNOBEL, 1981; CALLIGARIS, 2000), transformações importantes tanto físicas como emocionais. No entanto, se além dessas transformações, ele ainda não encontrar figuras parentais que sejam continentes, muito provavelmente terá maior dificuldade de elaborar esta fase do desenvolvimento do ciclo vital.

## Adolescência e família no contemporâneo

Como o foco do presente artigo incide sobre a adolescência, faremos algumas considerações a respeito desta fase do desenvolvimento com o objetivo de compreender não somente as mudanças físicas e psicológicas, mas também as interações familiares nesta fase da vida.

Segundo Ariès (1981), o conceito de adolescência surgiu no século XX, da mesma forma que o conceito de infância, foi se consolidando como uma fase do desenvolvimento humano compreendida entre a infância e a idade adulta, com características peculiares e únicas, que perpassam por mudanças físicas, cognitivas, psicológicas e sociais. Como ressalta Frota (2007, p. 11), a adolescência:

[...] deve ser pensada para além da idade cronológica, da puberdade e transformações físicas que ela acarreta, dos ritos de passagem, ou de elementos determinados aprioristicamente ou de modo natural. A adolescência deve ser pensada como uma característica que se constrói, se exercita e se reconstrói dentro de uma história e tempos específicos.

Vê-se assim, que o período da adolescência é considerado como uma construção histórica, na qual o adolescente vai construindo sua identidade, de acordo com a sociedade em que se encontra inserido. Para Erikson (1987), a construção da identidade é pessoal e social e acontece de forma interativa, através de trocas entre o indivíduo e o meio.

Vários autores discutem e apresentam o conceito de adolescência. Para Aberastury e Knobel (1981), a adolescência, mais do que uma etapa estabilizadora, é processo de desenvolvimento, devendo ser compreendida para situá-la no contexto da realidade humana que nos rodeia. Nesta perspectiva, a adolescência deve ser entendida como uma:

[...] etapa da vida a que o indivíduo procura estabelecer sua identidade adulta, apoiando-se nas primeiras relações objeto-parentais internalizadas e verificando a realidade que o meio social lhe oferece, mediante o uso dos elementos biofísicos em desenvolvimento à sua disposição e que por sua vez tendem à estabilidade da personalidade num plano genital, o que só é possível quando consegue o luto pela identidade infantil (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p. 26).

A partir da abordagem psicanalítica, eles citam que o adolescente realiza três lutos fundamentais: o luto pela perda do corpo infantil; o luto pelo papel e identidade infantis e, enfim, o luto pelos pais da infância. Os autores ainda salientam que:

[...] O adolescente não só deve enfrentar o mundo dos adultos para o qual não está totalmente preparado, mas, além disso, deve desprender-se de seu mundo infantil para o qual e com o qual na evolução normal, vivia cômoda e prazerosamente, em relação de dependência, com necessidades básicas satisfeitas e papéis claramente estabelecidos (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p. 10).

Calligaris (2000), outro estudioso do assunto, diz que a adolescência nos dias de hoje é uma das formações mais poderosas de nossa época, definindo o adolescente como aquele:

- que teve o tempo de assimilar os valores mais banais e mais bem compartilhados na comunidade;
- cujo corpo chegou à maturação necessária, competindo de igual para igual com todo o mundo;
- para quem a sociedade impõe uma moratória (período de suspensão entre a chegada da maturação do seu corpo e a autorização para ser adulto);
- cujos sentimentos e comportamentos são obviamente reativos, de rebeldia a uma moratória injusta;
- que tem o inexplicável dever de ser feliz, pois vive uma época da vida idealizada por todos, e ainda,
- que não sabe quando e como vai poder sair de sua adolescência.

Considera-se que a adolescência tem início com a puberdade, que é percebida por meio da transformação substancial do corpo (ABERASTURY; KNOBEL, 1981; CALLIGARIS, 2000), ou seja, pelo amadurecimento dos órgãos genitais e, segundo Lima (2006), ela não tem tempo para ser finalizada.

Na cultura brasileira este conceito está numa indefinida moratória, causando discussões a respeito do que é necessário para que um adolescente se torne um adulto. “O adolescente perde (ou, para crescer, renuncia) a segurança do amor que era garantido à criança, sem ganhar em troca outra forma de reconhecimento que lhe parecia, nessa altura, devido” (CALLIGARIS, 2000, p. 24).

Erikson (1987) enfatiza, em sua teoria, conceitos sobre a adolescência e a formação da identidade. Observa esta fase, ou seja, o senso de identidade, como um processo de desenvolvimento do ciclo vital onde cada indivíduo passa por uma série de períodos desenvolvimentais distintos, com tarefas específicas para enfrentar e adaptar-se ao sentido do eu e às mudanças físicas da puberdade, desenvolvendo uma identidade sexual madura, buscando novos valores.

Erikson (1987) considera a fase da adolescência como uma crise de identidade, o que não é sinônimo de catástrofe ou algum desajuste e sim de mudanças que levam ao crescimento e à formação da identidade, fruto de vivências adolescentes, construídas pessoal e socialmente. Calligaris<sup>1</sup> (apud LIMA, 2006) formula o conceito de moratória para caracterizar o momento no qual o adolescente aguarda a liberação dos adultos enquanto se organiza para exercer outros papéis na idade adulta.

O autor retrata a importância da moratória na transição da infância para a adolescência como uma forma de integrar os elementos da identidade que se embaralharam no decorrer do desenvolvimento da infância até o período em que o adolescente se encontra. Como ele diz:

Eles precisam, sobretudo, de uma moratória para a integração dos elementos de identidade atribuídos nas páginas precedentes às fases da infância; só que, agora, uma unidade mais vasta, indefinida em seus contornos e, no entanto, imediata em suas exigências, substitui o meio infantil: a ‘sociedade’ (CALLIGARIS apud LIMA, 2006, p. 129, destaque do autor).

Neste processo, em que o destino é o desprendimento da infância, provoca-se uma revolução no meio familiar e social, no qual os pais também precisam se desprender do filho e evoluir para uma relação com o filho adulto.

Em relação aos pais, os autores citados até agora dizem que os mesmos deveriam entender que a adolescência é um período de profunda dependência e que os filhos precisam deles tanto ou mais do que quando eram bebês, mas ao mesmo tempo em que os adolescentes se mostram dependentes, também querem liberdade. Neste sentido, Wagner et al. (2002) e Macedo, Kublikowski e Berthoud (2006) consideram que é importante um aumento da flexibilidade das fronteiras e equilíbrio na autoridade dos pais com o intuito de manter a harmonia familiar.

1 CALLIGARIS, C. A adolescência. São Paulo: Publifolha, 2000.

Essa liberdade pode ser aplicada, segundo Aberastury e Knobel (1981), de duas formas: dar liberdade com limites, que impõe cuidados, cautela, observação, contato afetivo permanente e diálogo e dar liberdade sem limites, que é o mesmo que abandonar um filho.

Congruente a esse contexto teórico, visando dar destaque ao que os adolescentes estão visualizando a respeito da família, Lima (2006) realizou uma pesquisa com o objetivo de identificar e interpretar como os adolescentes das camadas médias de Belo Horizonte atribuem significados à família contemporânea. Os adolescentes reproduziram em suas falas o desejo de que sua família futura fosse igual às famílias de origem, apesar dos conflitos vivenciados, tanto com os irmãos como com os pais, nesta fase. Idealizam o amor romântico como um caminho para a constituição familiar e também a estabilidade financeira para o sustento familiar. Diante desses dados:

Pode-se entender que a formação familiar e a adolescência são atravessadas por valores que vêm da própria família, mas que também vem da sociedade e da camada social a que pertencem, agregando dessa forma, valores que poderiam não estar presentes, ou se destituindo de ideais já estabelecidos (LIMA, 2006, p. 40).

O trabalho de Macedo, Kublikowski e Berthoud (2006) buscou compreender, na perspectiva dos pais, quais os valores que eles consideravam positivos para transmitir aos jovens. Participaram deste estudo 11 mães e quatro pais, que se situam demograficamente em áreas consideradas de alta vulnerabilidade social, ou seja, residem, na sua maioria, em bairros periféricos da cidade de São Paulo/SP. Eles foram agrupados, de acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade (IPVS) em duas categorias: alta e baixa vulnerabilidade, sendo que este índice “é resultante da combinação da dimensão socioeconômica, ou seja, a renda apropriada pelas famílias e o poder de geração da mesma por seus membros, associada a uma dimensão demográfica, relacionada ao local de moradia e à fase do ciclo de vida familiar, que potencializa riscos [...]” (MACEDO; KUBILOWSKI; BERTHOUD, 2006, p. 43).

Os resultados deste estudo revelam que os valores mais importantes, considerados pelos pais, a serem transmitidos aos adolescentes são: honestidade, respeito, responsabilidade, religião, ética, justiça, amor e esperança. No grupo considerado com IPVS alto, “foi explicitada a importância atribuída à obediência, à boa educação e a ter limites, pois na visão dos pais, tais qualidades quando presentes nos jovens desafiam as crenças que associam a pobreza à delinquência” (MACEDO; KUBILOWSKI; BERTHOUD, 2006, p. 45). Além de priorizarem estes valores, os pais com índice de IPVS alto evidenciam maior rigor na imposição de regras, pois consideram que “quanto maior o risco ao qual os adolescentes estão expostos, mais os estilos parentais autoritários, que implicam obediência, assumem importância, sendo mais referidos

pelos pais oriundos de regiões da cidade onde os jovens são mais vulneráveis” (MACEDO; KUBILOWSKI; BERTHOUD, 2006, p. 46).

Complementando os dados destas pesquisas, Predebon e Wagner (2005) realizaram, na cidade de Porto Alegre-RS, um estudo com 523 adolescentes, com o intuito de verificar a prevalência de problemas de comportamento, levando em consideração a diferença de gênero, nível socioeconômico e configuração familiar, relacionando-os aos aspectos sociodemográficos. As autoras relatam que vários estudos têm sido realizados para investigar quais variáveis estão associadas à maior prevalência de problemas de comportamento em adolescentes e destacam como fator de maior risco o baixo nível socioeconômico que engloba a pobreza, baixa remuneração parental, baixa escolaridade dos pais, famílias numerosas e a ausência de um dos pais; ainda complementam, salientando que a existência de fatores estressantes ou aversivos no contexto familiar também está relacionada com a prevalência desses comportamentos, aliados ao contexto onde os adolescentes se inserem.

Os resultados obtidos indicaram uma prevalência maior de problemas de comportamento entre as mulheres em relação aos homens e à estrutura familiar; muitos adolescentes da amostra pertencem a uma estrutura familiar considerada tradicional, onde o pai é o único provedor e a mãe, a única responsável pelas tarefas domésticas e cuidados dos filhos. Constatou-se também, nesse estudo, que não houve um resultado significativo que sugerisse um único indicativo para a explicação dos problemas de comportamento na adolescência, mas sim a coexistência de diversos fatores influenciando esses problemas.

Um outro aspecto a ser considerado é a comunicação interpessoal, ou seja, como os adolescentes estão se relacionando com seus pais. Parece ser fundamental para que se potencialize e auxilie nas relações de interação familiar, visto que, nesta fase, há uma tendência a um acréscimo nos confrontos entre pais e filhos. “Este fenômeno ocorre em função de que passa a haver um maior questionamento do filho adolescente com relação às regras, valores e crenças familiares (Blos, 1986; Osório, 1992; Aberastury e Knobel, 1990)” (WAGNER et al., 2002, p. 76). Neste estudo (WAGNER et al., 2002), obteve-se como resultado que, apesar da mulher (mãe) ter assumido outras funções fora do lar, ela continua ser a pessoa que mais conversa com os filhos adolescentes (48% da amostra), seguido pelo irmão mais velho (17.6%), depois pelo pai (12.2%) e finalmente pelo irmão mais novo (2.4%). Os adolescentes (96%) desta amostra consideraram que a comunicação entre os membros da família é muito importante.

Atualmente, muitas queixas envolvendo os adolescentes estão aparecendo, tanto no cenário escolar como no familiar. Esses questionamentos são disparados pelos adultos que parecem não estar dando conta de acompanhar as transformações ocorridas na modernidade. Bauman (2001) utiliza o termo “fluidez” ou “liquidez” para retratar

estas vivências da atualidade, isto no sentido de considerar que os sólidos têm forma nítida mantida com facilidade e os líquidos são propensos às mudanças. O autor se utiliza desses termos para fazer uma analogia da modernidade, considerando-a como um processo de liquefação, de derretimento dos sólidos estabelecidos, no sentido de um rompimento com o passado e a tradição. A forma de entender as mudanças do mundo atual é que parece ser a dificuldade enfrentada pelos adultos em relação ao comportamento dos adolescentes.

Uma reportagem elaborada pela revista *Veja* (BUCHALLA, 2009) mostrou o resultado de uma enquete com 527 pessoas, entre pais e adolescentes (de 13 a 19 anos) de todo o país, para identificar hábitos e comportamentos dessa geração que, daqui a 20 anos, comandará o país. Algumas conclusões foram apontadas: meninos e meninas que nasceram a partir de 1990 não almejam fazer nenhum tipo de revolução (como sonhavam os jovens das décadas de 60 e 70); querem ganhar muito dinheiro com o seu trabalho; são mais conservadores em relação a valores familiares (de acordo com o maior estudo de hábitos e atitudes da população adolescente brasileira realizada pela empresa de consultoria *Research International*); formam a geração 'tudo ao mesmo tempo e agora', realizando várias atividades concomitantes (estudo, celular, ipod, computador e videogame). A reportagem cita ainda que o fato dos sujeitos estarem sempre conectados aos meios de comunicação e tecnológicos os leva a ser bem informados, porém dificilmente tentam aprofundar-se num tema, mudando de opinião com rapidez e frequência.

Essa invasão da era digital e a rapidez das informações levam os adolescentes a trocar de amores, amizades, cursos, etc. Isto, segundo Bauman (2004), é uma sucessão de reinícios, com finais rápidos e indolores, porém essa quantidade de possibilidades de escolhas concomitante à rapidez, traz muita insatisfação. A reportagem aborda, ainda, alguns temas de comportamento do jovem na modernidade como drogas, bebidas e sexualidade, mostrando algumas orientações de psicólogos no sentido de como os pais devem agir perante as situações do cotidiano. Ressaltam ainda, a importância do relacionamento entre pais e filhos na educação e preservação da saúde mental e psíquica.

### Considerações finais

A família é considerada, independente das transformações, dos seus arranjos, configurações e laços consangüíneos, como uma estrutura essencial à humanização e à socialização das crianças e adolescentes e ainda, como norteadora do desenvolvimento da personalidade e de suas potencialidades. Os pais são considerados como agentes essenciais para a socialização e desenvolvimento dos filhos, favorecendo o diálogo e flexibilizando as relações de regras e limites na interação familiar, principalmente em relação aos adolescentes. A educação de filhos adolescentes supõe uma série de

negociações, responsabilidades e também de dúvidas dos pais, que se sentem inseguros e muitas vezes indecisos em relação à maneira de exercer seus papéis como figura de continência e referência de limites, porém parece ser indiscutível que a importância das relações parentais pode ter grande influência no comportamento dos adolescentes.

## Referências

- ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. Adolescência normal. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
- ARIËS, P. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ASSIS. Secretaria Municipal de Assistência Social. Projetos sociais. Documentos internos da Secretaria. Assis, 2008. (digitalizado)
- BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BRASIL. Lei nº. 8069, de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2009.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília: MDS/SEDH, 2006. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/suas/guia\\_creas/avisos-e-documentos/copiade-pncfc-28-12-06-documento-oficial.pdf/view](http://www.mds.gov.br/suas/guia_creas/avisos-e-documentos/copiade-pncfc-28-12-06-documento-oficial.pdf/view)>. Acesso em: 15 jan. 2009.
- BUCHALLA, A. P. A nova adolescência. Veja, São Paulo, v. 42, n. 7, p. 84-93, 18 fev. 2009.
- CALLIGARIS, C. Hello Brasil! Notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil. São Paulo: Escuta, 1992.
- \_\_\_\_\_. A adolescência. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CECCONELLO, A. M. Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco. 2003. 320 p. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- CIA, F.; PEREIRA, C. de S.; DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. Habilidades sociais e o relacionamento entre pais e filhos. Psicologia em estudo, Maringá, v. 11, n. 1, p. 73-81, jan./abr. 2006.
- ELKIND, D. A. Sem tempo para ser criança. A infância estressada. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- ELLIS, E. M. Educando filhos responsáveis. São Paulo: Ática, 1997.
- ERIKSON, E. H. Identidade juventude e crise. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

- FERES-CARNEIRO, T.; NEGREIROS, T. C. de G. M. Masculino e feminino na família contemporânea. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jun. 2004.
- FROTA, A. M. M. C. Diferentes concepções da infância e da adolescência: a importância da historicidade para sua construção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2007.
- GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos Pagu*, n. 1 (67-110), 1993.
- LA TAILLE, Y. *Limites: três dimensões educacionais*. 2, ed. São Paulo: Ática, 1998.
- LASCH, C. *Refúgio num mundo sem coração. A família: santuário ou instituição sitiada?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LIMA, L. V. B. E. A família na perspectiva de adolescentes das camadas médias de Belo Horizonte. 2006. 42 p. Monografia (Graduação em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- MACEDO, R. M. S.; KUBLIKOWSKI, I.; BERTHOUD, C. M. E. Valores positivos e desenvolvimento do adolescente: uma perspectiva dos pais. *Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 38-52, ago. 2006.
- OLIVEIRA, A. C. F. A delicada relação entre pais e filhos. 2007. Disponível em: <[www.psicologia.com.pt/artigo](http://www.psicologia.com.pt/artigo)>. Acesso em: 13 nov. 2007.
- PEREIRA, P. A. Desafios contemporâneos para a sociedade e a família. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 16, n. 48, p. 103-114, 1995.
- POSTMAN, N. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 2000.
- PREDEBON, J. C. F.; WAGNER, A. Problemas de Comportamento na Adolescência: configuração familiar e aspectos sociodemográficos. *Revista Práxis*, v. 2, p. 1-11, 2005.
- ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social do Município de Assis. 2000. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/analises/assis.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2009.
- SILVA, N. P. *Ética, indisciplina e violência nas escolas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- SOIFER, R. *Psicodinamismos da família com crianças: terapia familiar com técnica de jogo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
- WAGNER, A.; FALKE, D.; SILVEIRA, L. M. B. de O.; MOSMANN, C. P. A comunicação em famílias com filhos adolescentes. *Psicologia em estudo*, Maringá, v. 7, n. 1, p. 75-80, jan./ jun. 2002.

- WAGNER, A.; PREDEBON, J. C. F.; MOSMANN, C. P.; VERZA, F.  
Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pais e mães na família contemporânea.  
*Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 21, n. 2, p. 181-186, maio/ago. 2005.
- ZAMBERLAN, M. A. T. (Org.). *Psicologia e prevenção. Modelos de intervenção na infância e adolescência*. Londrina: EDUEL, 2003.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Interações familiares-teoria, pesquisa e subsídios à intervenção*. 2. ed. Londrina: EDUEL, 2008.
- ZAMBERLAN, M. A.T.; BIASOLI- ALVES, Z. M. M. *Interações familiares: A perspectiva Ecológico-Relacional*. In: ZAMBERLAN, M. A. T. (Org) *Interações familiares - teoria, pesquisa e subsídios à intervenção*. 2. ed. Londrina: EDUEL, 2008. p. 1-2.